

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. (CME)

Nº 04

CRIATIVIDADE E RACIONALIDADE: A Busca de
uma Consciência Unificadora

FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

Maio/1991

CRIATIVIDADE E RACIONALIDADE:
a busca de uma consciência unificadora

Fernando Pedrão

1. Preliminares

Proponho-me desenvolver aqui uma reflexão a partir de uma temática que a meu ver constitui um vetor essencial do trabalho de Celso Furtado. É uma aproximação seletiva que descarta o material auto-biográfico, apesar de referências pessoais que incidentalmente me são caras. Ignora também o esforço do autor - pouco comum no Brasil - de manter coerência entre a estruturação conceitual e a proposta de política. Mas creio ser este o único de modo de garantir a inteligibilidade da reflexão.

Trata-se de utilizar a perspectiva histórica como mediadora na crítica da situação atual e não de simples interpretação de produtos ao momento de sua realização. As limitações da exêgese, entre outros inconvenientes, incluem a inutilidade e o mofo. O trabalho de Celso Furtado tem um componente pedagógico e outro polêmico. Focalizamos na vitalidade do trabalho, no significado polêmico do discurso, no perfil das propostas e nas contradições que ela levanta. A possibilidade de manter a coerência da visão crítica - que também significa a visão dos limites do conjunto - é a demonstração da relevância da polêmica. Como disse Hegel, " a meta do espírito é a revelação da profundidade".

2. O confronto de crítica e reconstrução

O trabalho de Celso Furtado a partir do golpe de Estado de 64 primeiro manifesta a conclusão de um período de

racionalidade no tratamento do interesse público, em que o Estado teve um mandato legítimo; e depois desenvolve contradições resultantes da falência daquela unidade racional. Acompanha o período em que o Brasil descobriu outros níveis de perplexidade e confronto, e foi obrigado a conviver com a ilegitimidade e com a produção de uma racionalidade que conjuga modernização com autoritarismo; e prossegue por outro período em que a relação entre o poder político e o econômico faz-se com maior explicitação de contradições e dominação. E com isto refletiu uma transição do pensamento social sobre o País.

A interrupção da legitimidade política produziu abalos mais profundos na convivência entre a intelectualidade e as estruturas do poder, em parte porque transferiu para o poder central algumas margens de manobra do federalismo; mas também porque pôz a classe média diante de responsabilidade política que esquivara até então. Emergiu uma questão de legitimidade que transcende as formas de chegada ao poder, com a qual foi preciso tratar desde 84. Como pensador formado numa vertente que de há muito já colocara a discussão da consistência do Estado brasileiro numa retrospectiva anterior à experiência do lapso de independência formal, Furtado procurou outras matrizes de reconstrução de uma razão civilizatória, primeiro através da revisão crítica da economia e depois através de uma visão interdisciplinar do pensamento político da economia.

Os aspectos racionalidade e civilização estão apropriados numa visão positiva do Estado; e a relação entre o governo e a sociedade desenvolve-se com o governo colocado na posição de representante de uma responsabilidade social genérica, suposta formulada pelos segmentos da sociedade capazes de perceber os problemas do sistema de produção em seu conjunto. Mas quem poderia desempenhar esta função? É evidente que há um projeto de poder centralista subjacente nesta pressuposição. E ele se revela quando se aponta a importância da classe média na formação do poder operacional do Estado. A classe média desempenharia o duplo papel de dar significado social ao Estado, e de resolver seu problema operacional. Mas com isto logicamente

somos deixados com um problema que não pode ser resolvido pelos desejos da classe média, por mais que ela nos seja simpático, ou que em algum momento apareça como o que não é a oligarquia, ou como berço da anti-elite. Furtado neste particular passou de uma avaliação das restrições do desenvolvimento - no que foi a ordem econômica mundial da década de 60 - para tratar daqueles traços estruturais da América Latina que situam aqui as alternativas de desenvolvimento ou estagnação. Mas estas duas possibilidades não aparecem mais como duas alternativas, senão como uma polaridade a que esta região do mundo já estava submetida.

A questão a nosso ver é que o quadro macroeconômico de desenvolvimento ou estagnação, quando colocado em termos de relações econômicas globais, sem questionar os sistemas de interesses do capital, sem penetrar nas contradições internas de poder criadas pelo tecido de alianças de poder internas e externas é um quadro indeterminado, que como veremos adiante, deixa a análise social indefesa para tratar com os fenômenos de captura do poder econômico por políticos carismáticos, ou com a ajuda de qualquer das formas de autoritarismo que de fato afligem esta parte do mundo." Sub-desenvolvimento e estagnação na América Latina" é um livro que aponta o fim de uma proposta de transformação dos países latino-americanos, balanço negativo de um conjunto de iniciativas tais como a ALALC e a Aliança para o Progresso.

A avaliação na época foi particularmente dura, porque correspondia ao começo de nova fase de ditaduras, então de ditaduras planejadas, conduzidas por estamentos organizados, sustentadas por determinadas composições de poder em que se reuniam os interesses práticos de uma aliança das oligarquias com setores oligopolizados e com apoio externo. Significava o fim de uma determinada capacidade da América Latina para fazer-se representar internacionalmente. Desaparecia a capacidade de órgãos internacionais da região, como a CEPAL, para refletir suas questões fundamentais. Surgiram burocracias responsáveis de políticas econômicas nacionais que passavam a exprimir os pontos de vista

norte-americanos. O aparelho de análise desenvolvido na década de 50 - sobre isto vejam-se especialmente as "Análises e projeções" de economias nacionais feitas pela CEPAL - pôde mostrar as contradições do crescimento nacional num quadro internacional fechado pela concentração do financiamento. Na década de 60 o ILPES - prolongamento da CEPAL para onde se trasladou Prebisch - publicava um trabalho sobre a "brecha comercial dos países em desenvolvimento" e o próprio Prebisch transferia sua luta para o contexto da UNCTAD. Mas toda esta estratégia de trabalho não poderia revelar o lado interno do bloqueio, causado pela crescente identificação dos mecanismos de crescimento com aquela concentração da renda que fundamentava um novo padrão de acumulação liderado por novas formas oligopólicas.

É necessário lembrar que as propostas de teoria do desenvolvimento pressupuzeram sempre que as sociedades nacionais teriam novos mecanismos de solidariedade, cujos efeitos seriam a ampliação da participação de segmentos mais amplos da sociedade na produção e na renda e a capacidade para processar socialmente o progresso tecnológico. Entretanto, os deslocamentos das relações entre os países capitalistas levaram a modificações no financiamento da economia mundial, que logo desgastaram a posição dos governos nacionais. E a passagem da liderança do financiamento para o controle direto dos interesses privados resultou em que o financiamento do crescimento fosse desligado dos controles sociais distributivos que operam nos governos: o controle ideológico do processo passou então a legitimar os interesses do oligopolio, supostamente os únicos capazes de gerar crescimento. E aí temos outra confusão entre gerar taxas de crescimento do produto, ampliar capacidade direta de produção, construir infra-estrutura, ou simplesmente aumentar a produção bruta mesmo a custos crescentes.

A tese que se extrai daí é que o crescimento tornou-se mais perverso para a equidade da distribuição no conjunto da sociedade, e por razões externas aos movimentos da tecnologia como quer a análise ortodoxa, senão por razões próprias do controle político das decisões econômicas. Mesmo quando

a realização dos investimentos leva incorporado um maior número absoluto de empregos de rendas médias e superiores. Assim, é necessário acompanhar os movimentos das relações sociais de produção, no que elas tanto obrigaram os países periféricos a políticas econômicas condicionadas pelos interesses da acumulação privada direta, que puzeram os governos como responsáveis de satisfazer requisitos de equilíbrio contraditórios com a oligopolização. Tudo isto considerando que os governos fossem imunes ao poder corruptor impulsionado pelo movimento de centralização do capital - que parte do nexu externo do grande capital e permeia os sistemas nacionais - e pelo movimento de valorização do poder político como meio de formação de capital.

No final da década de 60 as categorias e os objetivos implícitos da teoria da dependência já contrastavam com as da teoria do desenvolvimento. Seu eixo era sociológico e não econômico na acepção comum; e transmitia uma visão pessimista, porque negava aqueles pressupostos de possibilidade de solidariedade que alimentaram o discurso da Aliança para o Progresso, da OEA e do Banco Interamericano. Focalizava-se na pressão norte-americana. Experiências como as do Brasil, da República Dominicana, da Bolívia, da Guatemala, eram retomadas como exemplos da realidade internacional desigual. Às vésperas do primeiro choque do petróleo falava-se da categoria integração como de uma alternativa e um objetivo que pudesse ser alcançado como resultado de decisões nacionais dos países periféricos, conduzidas por seus governos. Os chamados dependistas alertavam para contradições de interesse, mas ninguém incluía na análise social o deterioramento dos governos (o único caso claramente perceptível foi o da Colômbia), ou se se quer, o distanciamento entre governos cada vez mais controlados pelos interesses do capital oligopolizado e da integração baseada em distribuição mais desigual. A modernização das oligarquias rurais tampouco foi analisada em profundidade, apesar de diversos alerta que apareceram através do registro de empréstimos internacionais para reforma agrária conduzida pelos latifundiários em alguns países e dos financiamentos para tratorização.

Logo tornou-se explícita uma crise de representação, que facilitou o controle interno, com a mobilização ideológica dos estamentos tradicionalmente integrados com a oligarquia. A Argentina é o exemplo mais trágico, logo seguido do Chile e do Uruguai. Surgia uma nova ideologia de controle, baseada na articulação de um novo nacionalismo alimentado pela doutrina da segurança e pela influência do Colegio da Guerra dos Estados Unidos, retransmitida através do Panamá. Integração, talvez, mas torna-se cada vez mais difícil aos periféricos negociarem entre si sem a presença dos países centrais e de seus banqueiros; e cada país periférico procura identificar-se com os países centrais. Por isto é muito elucidativo acompanhar o tratamento dado por Furtado à questão da integração no período de 66 a 78. E aqui o paralelo com Prebisch é inevitável! A reapropriação do conceito, o desligamento com os compromissos do poder direto, a busca de uma rearticulação da contestação na escala mundial. De "Desenvolvimento e sub-desenvolvimento" até a versão final de "Teoria e política do desenvolvimento econômico" Furtado registrou a perversidade do padrão mundial de acumulação, organizando sua análise num desdobramento da questão em termos de uma tendência à estagnação (será um vestígio de Alvin Hansen?) e uma tendência ao desequilíbrio externo, que a seguir contrasta com uma avaliação da integração como alternativa. Na mesma época Prebisch revelava um discurso com traços ricardianos (a questão da redundância dos trabalhadores) e mais próximo das análises marxistas, voltava-se para os aspectos mais contestatários da política econômica, mas tampouco abandonando o ideário da integração latino-americana. A raiz bolivariana tão difícil de compreender no Brasil!

Mas o traço de reconstrução que denota o sentido de responsabilidade histórica, foi um contraponto que se desenvolveu ao longo de todo o período. Já em 68 Furtado publicava "Um projeto para o Brasil", em que falava da constituição e da decadência da hegemonia dos Estados Unidos e examinava as possibilidades dos que intitulava de "conglomerados geográficos". O contraste entre o pessimismo da análise e a vocação soteriológica

da política distanciariam cada vez mais a ideologia de transformação formada pela pressão ascendente das classes médias, da ideologia da gestão inspirada nos desejos do capital oligopolista, e em sua incorporação pela academia e pela burocracia econômica. A crescente mimetização da linguagem erodiu a independência de critério, tornando a economia ortodoxa uma disciplina de gestão dotada de aparelhamento econométrico. A economia ortodoxa de hoje renega o plano ideológico da discussão e assume seu papel de assimilada ao pensamento ortodoxo norte-americano, com seus mesmos maneirismos e preconceitos.

3. O Estado portador de racionalidade

A conjugação de progresso com justiça social é uma proposta que não desperta oposição enquanto é colocada num plano genérico e não fere interesses organizados. O atual rejuvenescimento da proposta de um progresso a ser alcançado depois da estabilização é nova manifestação da ideologia restauradora que faz o jogo, consciente ou não, dos interesses do monopólio: cabe questionar se algum governo periférico com desigualdade interna, população crescente e sem poder para tributar efetivamente o capital pode controlar a inflação por períodos prolongados, ou pretender eliminá-la. À parte dos aspectos mais simples das propostas de privatização - que transferem rentabilidade direta do governo para algumas empresas - há uma polêmica muito mais profunda em aberto sobre o papel do Estado, que não pode ignorar a questão de representação, o confronto de diferentes interesses do capital, e do nexos externo do capital, e a questão da progressiva exclusão. Trata-se, sem dúvida, de um confronto entre o Estado portador de racionalidade e de progresso e o Estado que confusamente se retira de seu envolvimento na economia como produtor, fortalece caladamente sua posição como comprador, e espera que o crescimento aconteça por obra do interesse privado direto. Podemos revisar o percurso seguido pela América Latina nestas décadas para apreciar este Estado.

Essa certamente é uma discussão que passa pela questão da distribuição em seu sentido mais amplo. Quando o Estado se omite autoriza ou favorece uma distribuição comandada pelo oligopolio na produção e pelo financiamento concentrado. Como disse Furtado em "O Brasil pós-milagre", a distribuição da renda mascara uma desigualdade fundamental no acesso a consumo. A análise do papel do Estado não pode, portanto, eximir-se de considerar os problemas de representação correspondentes à diferença entre o perfil de promotor de transformação e de guardião da estabilidade. Tanto ela tem que verificar a **autenticidade do discurso oficial** quanto tem que verificar que **poder tem o Estado**, quanto objetivamente o Estado antes difundiu racionalidade e quanto de fato se retira, como ainda verificar o efeito real da ação do Estado, mesmo quando inautêntica.

No entanto a teoria do desenvolvimento trabalhou sempre com o suposto implícito que o progresso afeta o próprio Estado, no plano político, em sua institucionalidade e em suas práticas. A racionalidade deve contaminar primeiro o governo - que se pressupõe originado de bases oligárquicas - principalmente o governo federal; e através dele estender-se aos demais níveis de governo e de volta à sociedade em geral. Isto, logicamente, supondo que há relações simétricas entre os níveis de governo e que haja convergência entre as composições de forças políticas nos diferentes níveis de poder. Que há de científico nisto? Não será um pressuposto ideológico identificado com a idéia de centralização do poder? Como pode uma doutrina essencialmente racionalista comprometer-se com uma atitude tão romântica? Nossa hipótese é que não há contradição alguma, porque a proposta de racionalidade total - além dos horizontes que correspondem ao comportamento dos agentes históricos concretos - é um romantismo. O Estado seria o portador de uma racionalidade que lhe seria dada por uma elite capaz de realizar uma síntese ideológica e conduzir uma ruptura do eixo de poder oligárquico-oligopólico? Qual seria o perfil de classe capaz de fazer este trabalho? É interessante observar que entre 1960 e 1990 as classes médias brasileiras deixaram de exercer uma pressão ascendente na

estruturação social do país, que os achatamentos de salários e a sucessão de políticas de equilíbrio e depressoras ajudaram a conter as aspirações dos assalariados, e aumentou significativamente a massa da população sub-empregada em pobreza crítica. O poder político dos grupos médios de renda foi fortemente erosionado; e o Brasil passou por novos pactos de poder que facilitaram o acesso à política de carisma. O retorno da democracia parlamentar revelou alguns aspectos inesperados da realidade brasileira, como por exemplo, a semelhança entre as propostas de programa de governo da maioria dos partidos políticos. verificou-se que a política continua fazendo-se mediante acordos pessoais entre grupos detentores de privilégios.

Como se poderia, portanto, avaliar agora o significado prático do Estado portador de racionalidade? Como considerar a consistência do Estado frente ao reordenamento de forças no bloco de poder? Uma observação difícil de contradizer neste sentido é que o Estado latino-americano, particularmente o brasileiro, reflete a formação do confronto de classes dos últimos trinta anos, assim como reflete novas estratégias dos blocos de poder. Há uma grande incomodidade com o Estado por parte dos trabalhadores e por parte de grande parte do capital, uns porque percebem-se fora dos movimentos de renovação dos blocos de poder, e outros porque perdem sua posição de representantes do trabalho nos momentos de eleições: os pequenos e médios capitalistas descobrem que não são essenciais para a reprodução do capital, e os assalariados têm que conviver com a realidade de um mercado de trabalho onde predomina o trabalho precário.

Em "Criatividade e dependência" Furtado avançou neste novo quadro de problemas, mas colocando a criatividade como uma capacidade dos sistemas econômicos para reagir sob as pressões da dominação valendo-se das capacidades de sua força de trabalho treinada. Mas a nosso ver aqui justamente é onde a tragédia se revela em sua maior expressão. Os mecanismos de exclusão de pessoas e de grupos atingem os sistemas nacionais em todos os níveis, desde a estrutura do sistema educativo à qualificação da

burocracia e à das empresas. Se as decisões das empresas estão mais concentradas necessitam-se menos quadros aptos para decidir. Se as decisões públicas tomam-se com critérios políticos imediatos podem ser mais centralizadas; e a burocracia torna-se auxiliar dos políticos em seu cotidiano, transmissora de sua racionalidade, contrária à reflexão das motivações do longo prazo. Se o sistema opera com prioridades de curto prazo o sistema de educação é entregue a políticos, torna-se objeto daquela racionalidade instrumental da acumulação. E com isto reproduz a estrutura de dominação incorporada ao mercado. E este é outro ponto em que voltamos a uma parte da argumentação de "Criatividade e dependência", onde ali se trata do condicionamento do comportamento dos consumidores.

Mas se apesar de tudo as estruturas do Estado - federais, estaduais e municipais - continuam detendo capacidade para decidir sobre grandes massas de recursos, e se com o poder de aplicação da lei, torna-se sujeito e objeto de um sistema de pressões que se traduzem em novas associações de interesse e na articulação da corrupção como mecanismo regular de poder. A questão é que os movimentos mundiais de concentração de poder traduzem-se de diferentes modos nos diferentes países, e que as possibilidades de trabalhar com política econômica e social dependem de melhor conhecimento dos agentes e das relações entre eles. Noutras palavras, aqui também e não só na Europa, de modo concomitante e independente, precisamos desenvolver nossa própria leitura da ação comunicativa: ler Adorno e Habermas, mas trabalhando nossa própria experiência.

Até aqui são comentários que resvalam para a crítica da reflexão teórica. Mas voltando a focalizar no comentário da praxis voltamos à realidade do Estado. É preciso renovar o conteúdo do Estado e reve-lo como representação, e não fazer reformas administrativas dos governos. Governos estaduais e municípios tem sido vitrines de tentativas de racionalização de estruturas técnico-administrativas, refletindo uma percepção formalista de custos que é projetada pelo governo federal. Mas como há uma contradição mais profunda entre os objetivos de

conquista de poder por parte dos políticos e os objetivos da burocracia como mediadora de poder e como portadora de sua própria visão de classe, formam-se contradições entre o exercício do poder político e a gestão operacional do Estado.

Tudo isso cria um clima de canibalismo de Estado que circunscribe a racionalidade ao curto prazo e torna a política econômica um santuário da pseudo-heterodoxia. Aqui, um dos pontos onde melhor vale considerar uma das principais linhas do trabalho de Celso Furtado: a visão histórica e o tratamento histórico dos prazos e das durações em economia. "Criatividade e dependência" explicita melhor que obras anteriores a circularidade entre a capacidade das sociedades para refletir teoricamente; e sua capacidade para resolver problemas práticos. Esta idéia tão cara a Aristoteles e à dialética moderna entretanto é lida de diferentes modos pelo pensamento transformador e pelo conservador. O primeiro texto teórico da CEPAL incidentalmente chama-se "Problemas teóricos e práticos do planejamento", seja, daquela mobilização a ser realizada por razões externas à da reprodução do capital das empresas, em nome de um interesse mais amplo e diferente que o de qualquer empresa em particular. Mas se não é a proposta política representada por um partido, será aquele difuso referencial ideológico da classe média que acionará o planejamento?

A proposta de valorizar a praxis na teoria como nível de reflexão é sempre um caminho oposto ao da alienação, que valoriza a educação como prática construtora de identidade e integradora. Pelo contrário, a proposta conservadora focaliza na formalização e na instrumentalidade - que não necessariamente dão acesso ao conjunto dos conhecimentos práticos, nem necessariamente significam incorporação de valor nos trabalhadores. Nas análises que Furtado faz da acumulação liga este processo mais ao da formação de capacidade de produção que a sua retroação em transformações na estruturação de classes. Mas salienta várias vezes, do "Sub-desenvolvimento e estagnação" à "Criatividade e dependência" o papel daquelas ações que só se completam em períodos longos; e que na realidade só se têm completado em

períodos muito longos, mediante uma ação pertinaz do Estado. A referência de Furtado a Sagres, D. Afonso e a visão prática da tecnologia dos portugueses é reveladora! Mas é conveniente para nós trabalhar com uma visão mais generalizadora deste mecanismo, atentar a que a capacidade de relacionar teoria e prática deliberadamente é sinal de uma maturidade no reconhecimento de interesses que não deve ser esperada de quem ainda não tem nítida uma consciência de classe. E a eficácia do Estado surge justamente quando ele é controlado por grupos que conseguem projetar uma unidade de propósitos que lhes permite usar coerentemente os instrumentos a seu alcance.

A nosso ver, portanto, não saímos da contradição entre a proposta da classe média e a do capital oligopolista; e não devemos esperar que o Estado possa ser um campo neutro, que pode ser ocupado do mesmo modo por qualquer partido político, onde a classe média tenha a oportunidade de capturar frações de poder que lhe permitam convencer a aliança oligarquia-oligopolio a abdicar do poder. Separada dos trabalhadores, ou alienada de sua raiz como trabalho, a classe média torna-se duplamente dependente: dependente de emprego e renda e dependente ideologicamente da perspectiva de mobilidade vertical. Onde fica, portanto, a capacidade da classe média para visualizar o conjunto da problemática da sociedade? Mesmo considerando que ela circunstancialmente forma alianças com segmentos do capital e de trabalhadores, surge um problema de representatividade consequente de sua falta de coesão.

A mensagem civilizatória que emerge da obra de Celso Furtado demanda uma segunda leitura, porque explora as peculiaridades das relações internacionais; e por isto permite-nos colocar aí o novo perfil da sociedade brasileira, com seu novo papel no plano das relações mundiais e suas pressões de reordenamento interno.

4. A sociedade nacional internacionalizada

O que sai da leitura atual do confronto da análise econômica organizada para planejar e a transformação do processo econômico num lapso de vinte anos é perturbador. A literatura que compreende as obras de Nurkse, Frisch, Kaldor, Lewis e outros, estava fundada numa visão de racionalidade auspiciada pelos movimentos de modernização dentro do capitalismo avançado, que subjacentemente atribuía à ordem econômica um poder civilizatório além dos problemas de sustentação da taxa de investimento. Significava que o estabelecimento do pensamento econômico estava disposto a enfrentar a distribuição como uma questão central da sustentação da ordem política. Tacitamente se reconhece que esta perspectiva foi contrariada ou superada pelos efeitos da recuperação dos vencidos da segunda guerra mundial e por sua subsequente re-incorporação ao bloco hegemônico. No entanto as análises históricas do quadro atual costumam auto-limitar-se, ao tomar como referência a crise do petróleo, que de fato foi um movimento de reajuste. Mas ignorar o anterior significa reduzir o sentido atual de crise e sua representação financeira; e por esta razão ficarmos indefesos diante da economia ortodoxa, que hoje gera uma política econômica subordinada a uma visão psicológica e financeira da economia e de sua política. Para nós, recuperar o conceito estrutural-histórico de crise e o sentido estratégico da política econômica é parte de um trabalho de contestação mais profunda da percepção de política econômica do estabelecimento atual.

Ao longo de seus trabalhos polêmicos Celso Furtado não deixou de contraponter a problemática brasileira com a dos movimentos do capital nos centros mundiais da acumulação. Tratou de deslocamentos de poder no centro. Fez a fisiologia das transnacionais. Mas talvez tenha mantido centro e periferia como duas esferas separadas, mesmo quando elaborando a questão das transnacionais. Esta separação dificulta-nos perceber o que nos parece um aspecto fundamental do processo do capital nestes dois

últimos decênios, que é a mudança na forma de relacionamento entre empresa e Estado. Temos que passar por este plano de análise para podermos voltar à questão antes levantada de racionalidade. O confronto de interesses no interior do Estado leva agora a duas grandes confusões: uma sobre a diferença entre a identificação de problemas e a escolha de instrumentos; e outra sobre a diferença entre os resultados da política na distribuição imediata da renda e seus resultados na distribuição da capacidade para acumular. A política econômica nos é apresentada como uma política essencialmente tática: seus resultados estratégicos são desqualificados, escamoteados. No entanto, que significa a perpetuação de políticas de equilíbrio cujas ligações com os movimentos de capacidade instalada não são revelados? Mas quais são os efeitos acumulativos no conjunto das empresas de um clima de dinheiro caro necessário para financiar o governo? Não será uma centralização do capital para os que têm acesso privilegiado a esta mercadoria? E quais serão os efeitos acumulativo da concentração interna de renda? A concentração bancária, a unificação do mercado de terras, a centralização do controle financeiro e dos mecanismos de financiamento público, a centralização das decisões de pesquisa, são elementos que apontam a um reordenamento na relação empresa-Estado, onde o Estado é chamado a funcionar como garantia do bloco de poder e para manejar o nexos externo. Consequentemente, as relações do governo com a sociedade passam por outros canais de interlocução. Observa-se, por exemplo, que ao mesmo tempo que a elaboração dos componentes essenciais da política econômica é feita com mais segredo que nunca, o governo oferece linhas de participação previamente delimitadas a alguns interlocutores escolhidos.

Pode-se, portanto, falar de uma racionalidade da reprodução do poder, que subjaz na determinação das grandes linhas do perfil do Estado; que assume diferentes formas no trato com os diversos agentes sociais. Mas na medida em que depende da aliança oligarquia-oligopolio e tem que partir de uma situação de poder, tem que enfrentar a contradição de conciliar

o objetivo de reproduzir o modelo desigual e de pretender fazê-lo através de mecanismos de racionalidade. A questão é o contraste entre os preceitos de uma racionalidade genérica supostamente anterior a toda experiência e as condições concretas determinadas pelas manifestações de interesse, de classes e de quaisquer outras manifestações de coletivo capazes de exprimir interesse. As diferenças de interesse no entanto são irreduzíveis, e agora combinam diferenças intra-classe e a perpetuação de crescentes segmentos de marginalizados em pobreza crítica. A oligopolização expelle pequenos empresários que não têm muito como reciclar-se como capitalistas. A diferenciação corresponde à marginalização e ao fechamento de empresas e à transferência de trabalhadores de atividades especializadas para atividades não especializadas. Paralelamente, as demandas de trabalho para o circuito de alta capitalização - para a produção de bens e para a de serviços - respondem a requisitos de qualidade que não estão ao alcance dos incorporados aos demais segmentos da produção. E do lado do trabalho há uma diferenciação de oportunidades que é reproduzida e agravada pelo sistema de educação.

Em síntese nosso grande problema é que as possibilidades de exercício da racionalidade estão reguladas pelos interesses e suas representações. É isto que torna complicado o planejamento e torna indispensáveis a análise de classes e a do poder.

Há restrições internas muito palpáveis a qual - quer proposta de superação do círculo vicioso da dominação - talvez mais fechado que o da pobreza - que não comece com uma revisão da formação de classes, dos limites internos da formação de classes e do papel do nexó externo, tanto na formação das classes como em seus limites. Nosso maior problema no entanto é que as restrições internas e as externas interpenetraram-se mais, pela internacionalização das empresas, pela do consumo e pela interdependência das decisões do governo. A internacionalidade penetra cada vez mais a reprodução dos sistemas periféricos: desde a transferência de padrões de consumo, a capilaridade do

do turismo, a difusão de meios de comunicação que homogeneizam a linguagem e atingem os valores. O Estado busca novos papéis para si próprio e para os grupos dominantes com que interage. Com isto na prática promove um projeto de poder, que de algum modo reflete os ajustes entre o movimento geral do capitalismo de elevar níveis de tecnologia e o movimento de preservação de interesses. Na medida em que os trabalhadores organizados surgem como interlocutores, e os diversos interesses do trabalho encontram novas formas de representação, definem-se novos âmbitos de confronto de interesse que têm que ser absorvidos na sociedade nacional e que afetam, desigualmente, o nexa externo: desidentificação com a solidariedade nacional, novas conotações para os símbolos da nacionalidade, novos questionamentos éticos etc. A expansão da corrupção, junto com as crises de legitimidade no interior de cada poder indicam o perfil de uma crise ideológica que termina pondo a descoberto a raiz imperial autoritária do projeto de Estado periodicamente refeito ao longo da República.

A desigualdade essencial de condições com que os diferentes grupos de trabalhadores participam do processo de revelação e confronto de interesses dificulta a explicitação dos problemas mais profundos de racionalidade, até agora atrelados aos problemas de representação. E isto, obviamente, facilita ao bloco dominante a vantagem de continuar tomando as iniciativas relativas ao pensamento sobre o país, enquanto os trabalhadores estão restringidos a discutir sua própria situação. E neste contexto avoluma-se a pressão social generalizada dos outros - informais e independentes de diversos tipos, níveis de renda e inserção social - que não têm mecanismos regulares de arregimentação mas que votam.

O pensar nacional demanda outro tipo de renovação. É preciso que as elites intelectuais que não podem se desprender de sua posição de liderança considerem a opção de outras modalidades de esforço coletivo para vitalizar a crítica reconstrutiva. Isto só se pode obter pela continuidade de esforços. Os centros de pensamento, universitários e outros, têm que assumir esta responsabilidade social da ciência humana.

Bibliografía

- CEPAL, "Análisis y proyecciones del desarrollo económico y social: Brasil"
- Celso Furtado, "Subdesarrollo y estancamiento en América Latina" Ed. Universitaria, Buenos Aires, 1966.
- "Teoria y política del desarrollo económico" Siglo XXI, Mexico, 1974.
- "O Brasil pós-"milagre"", Paz e Terra, Rio, 1981
- "Um projeto para o Brasil", Saga, Rio, 1968
- "Prefacio a nova Economia Política", Paz e Terra, Rio, 1976
- "Criatividade e dependência na civilização industrial", Paz e Terra, Rio, 1978
- G.W.F. Hegel, "Fenomenologia del espíritu", F.C.E. Mexico, 1988
- Raul Prebisch, "La obra de Prebisch en la CEPAL" (ed. A.Gurrieri) F.C.E., Mexico, 1988.